

Mestrado – Direito e Prática Jurídica (Profissionalizante) Concorrência avançada – Critérios correção

I

1

Analisar em que medida critérios de poder de mercado se mostram relevantes para avaliação jusconcorrencial de participações minoritárias – critério de criação de posição dominante ou de entrave significativo à concorrência efetiva (designadamente).

Analisar elementos relacionados com cooperação que sejam específicos ao processo de avaliação de participações minoritárias – grelha de quatro tipos de relações relevantes.

Analisar se direito da concorrência incorpora lacuna no que respeita ao controlo de participações minoritárias.

Analisar aplicabilidade do artigo 101.º TFUE a controlo de participações minoritárias.

2

Analisar situações -tipo em que podem ser adotadas estas decisões.

Analisar quem pode assumir a iniciativa do processo conducente a estas decisões.

Analisar os tipos de condições jurídicas (comportamentais e estruturais) que podem dar corpo a decisões de compromissos.

Analisar problemas associados a estas decisões de compromissos (*maxime* em sede de salvaguarda do princípio da proporcionalidade).

Analisar *praxis* decisória da Comissão europeia e jurisprudência europeia (identificando precedentes mais relevantes) e modo como terão influenciado as soluções introduzidas no direito nacional.

3

Analisar penúltima e última geração de diretivas e normativos europeus em matéria de regulação de comunicações eletrónicas.

Analisar o conceito de operador com poder de mercado significativo e pontos de contacto com posição dominante em direito da concorrência.

Analisar definições de mercado em sede de regulação de comunicações eletrónicas e semelhanças e diferenças com direito da concorrência.

Análise dos processos de intervenção regulatória *ex ante* em caso de identificação de operadores com poder significativo de mercado e pontos de contacto e diferenças com intervenções típicas de direito da concorrência *ex post*.

Análise da evolução da última geração de diretivas europeias envolvendo menor relevância do poder de mercado significativo e a maior relevância de outros interesses públicos.

II

Analisar transição para private enforcement enunciando principais aspetos da Diretiva Private enforcement e da sua transposição para direito nacional

Distinguir private enforcement na ótica de casos follow on e de casos autónomos

Identificar problemas jurídicos principais suscitados pelo private enforcement à luz da jurisprudência europeia (designadamente Pfeiderer e outros casos TJUE e TG)

Analisar articulação de public enforcement baseado em programas de clemência e private enforcement – com usar informação obtida em processos de clemência em sede de private enforcement

Analisar outros cruzamentos do novo private enforcement com o public enforcement – decisões de compromissos – como usar informação gerada por esses casos em private enforcement

Analisar criticamente adequação e proporcionalidade de public enforcement assente em decisões de compromissos.